

APRESENTAÇÃO

Diante de tempos sombrios, pensar e, principalmente, pensar em concerto, torna-se uma atividade capaz de lançar alguma luz sobre nossas ações, já diria Hannah Arendt. Aqui temos os trabalhos de diversos pesquisadores e pesquisadoras que trazem algumas contribuições a respeito de questões políticas e sociais que, desde a antiguidade até os dias atuais, representam ainda questões relevantes. Esses trabalhos são norteados pelo presente dossiê, intitulado “Filosofia Política”.

A reunião da qual falamos aqui, em sentido arendtiano, ainda que não seja mensurável espacialmente, traz a potência de quem está comprometido em pensar e lançar aos seus iguais o fruto reificado de alguns desses pensamentos. Esse comum comprometimento poderá ser para nós uma luz, senão para guiar diretamente nossas ações, ao menos para nos inspirar a *pensar junto*, fazendo jus à ideia desta revista. Temos os seguintes trabalhos nesta edição da Conexão Política:

Eduardo Emanuel Ferreira Leal, no artigo “O HOMEM E SUA FORTUNA: UM DIÁLOGO PERENE”, retorna aos gregos e à rica contribuição destes à tradição do pensamento ocidental. A ideia de lembrar que já os gregos anunciavam o caráter agônico da ação humana nos ajuda a compreender, junto, por exemplo, de Marta Nussbaum, a quem o autor recorre para tratar da atualidade dos gregos, que temos diante de nós uma questão perene: a busca pela felicidade.

Buscando apoio dialógico em dois importantes filósofos, Anderson Carvalho dos Santos traz em “PARTICIPAÇÃO E APATIA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O CIDADÃO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA” um ensaio em que a compreensão de democracia e participação política nos ajudam a melhor diagnosticar e entender um fenômeno muito presente em nossa época, mas que pode ser encontrado nos diversos momentos de nossa tradição, qual seja: a apatia política.

Paulo Rangel Araújo Ferreira, com o artigo “REPUBLICANISMO E SOBERANIA POPULAR EM IMMANUEL KANT”, traz para discussão o pensamento político de Kant a partir das noções de república e soberania. Trata-se de uma pesquisa que explora a contribuição de um dos mais importantes filósofos modernos no debate sobre os alcances da soberania popular sob uma república.

Ainda próximo do pensamento filosófico moderno, o artigo de Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado R. M. Costa, “SCHELLING E A APORIA DE UM DIREITO NATURAL”, parte da obra de Schelling e do debate moderno acerca do direito natural. A ideia é apresentar as teses de Schelling a respeito do direito, destacando sua contraposição à noção jusnaturalista tão discutida por outros filósofos de sua época.

Francisco Jozivan Guedes de Lima, em seu artigo “CONCEPÇÕES PROCEDIMENTALISTAS E RECONSTRUTIVISTAS DA JUSTIÇA”, lança luz sobre duas concepções de justiça, que tradicionalmente são tratadas distintamente, a fim de imaginar uma leitura não polarizada das mesmas, ressaltando que princípios e contextos podem e devem ser considerados conjuntamente, possibilitando a realização de uma noção de justiça que traz o equilíbrio entre deontologia e historicidade.

O trabalho de Aline Soares Lopes e Alexandrina Paiva da Rocha, “O ESTADO TOTALITÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA ‘ORIGENS DO TOTALITARISMO’ DE HANNAH ARENDT”, realiza um sobrevoo sobre uma das obras mais importantes de Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo* (1951), destacando os impactos dos regimes totalitários nos direitos humanos. As pesquisadoras trazem uma interessante e atual contribuição junto à obra de Arendt que diz respeito ao fenômeno do totalitarismo: mesmo com o fim dos regimes totalitários ainda podemos encontrar em nossa democracia liberal diversos dos mecanismos totalitários. Trata-se de uma tarefa de importância singular atentar para os perigos inerentes à presença desses mecanismos, sobretudo quando vivemos uma retomada de antigas posturas fascistas por governos em nossa época e quando alguns direitos humanos fundamentais ainda não estão assegurados para todos.

Para somar junto a essa reflexão arendtiana acerca dos direitos humanos, John dos Santos Freitas apresenta seu trabalho “A FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM NORBERTO BOBBIO: DO PROBLEMA FILOSÓFICO AO PROBLEMA POLÍTICO”. O autor faz o questionamento à proposição de Norberto Bobbio de que os direitos humanos prescindem qualquer fundamentação filosófica. Ainda que diante do efetivo resguardo dos direitos humanos (o que é problemático *per se*, dado que, mesmo dentro uma determinada sociedade, diferenças econômicas, de raça e de gênero, por exemplo, influenciam o alcance desses direitos), existirá sempre a possibilidade de subtração dessas garantias. Antes, podemos encontrar no debate acerca da fundamentação dos direitos humanos um importante aliado para a contínua ampliação de direitos e para a manutenção daqueles já alcançados.

Para finalizar, de modo a convidar o leitor a apreciar outra obra, Rafaella Santiago traz a resenha do livro “CONSENSO E CONFLITO NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA” (2017), de Luis Felipe Miguel. Essa resenha de Rafaella Santiago oferece cuidadoso corrimão para a leitura da obra de Luis Felipe Miguel que, além de tratar-se de um livro intimamente ligado a outras publicações do autor, exige acompanhar as teses de alguns dos pensadores mais importantes no cenário político contemporâneo.

Ficamos, assim, gratos por cada contribuição desta edição e torcemos pela continuidade

dos diálogos, pela manutenção das forças que lutam por espaços democráticos e, principalmente, esperamos que toda leitura sirva de inspiração para a defesa da pluralidade no mundo. Obrigado e boa leitura!

Teresina, dezembro de 2019.

Prof. Dr. João Batista Farias Junior

Professor de Filosofia – IFPI

Editor dos Cadernos Cajuína e da Entre Trópicos Editora.

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPI

Editor da Revista Conexão Política